

VENEZUELA

Maduro toma posse mas o mundo não o reconhece

Eleições de 2018 foram **criticadas pela comunidade internacional**. Presidente promete ficar até 2025

DANIEL LOZANO
Correspondente em Caracas

A Venezuela está a viver uma vertiginosa contagem decrescente, que na próxima semana irá convertê-la num país com um Presidente de facto à frente do Governo. Nicolás Maduro assumirá o seu segundo mandato — para o qual foi eleito a 20 de maio de 2018, com 67,8% dos votos, segundo os contestados resultados oficiais — acumulando todos os poderes e com o controlo quase absoluto das rédeas do país, embora este esteja a sofrer a maior crise económica e social de que há memória no continente e a maior diáspora da história latino-americana.

A contagem decrescente é recheada de polémica, já que o chefe de Estado tomará posse sem o reconhecimento de boa parte da comunidade internacional e da oposição política venezuelana. Também é rejeitado por milhões de cidadãos que não participaram nas presidenciais ou votaram contra. O ato eleitoral foi, segundo a União Europeia, “fracassado e sem padrões democráticos internacionalmente reconhecidos”.

Desde o dia 1 de janeiro começaram a aparecer cartazes em diferentes pontos da Venezuela acusando Maduro de “ilegítimo” e “usurpador”. Está no poder desde a morte de Hugo Chávez, de quem foi vice-presidente, em março de 2013, e venceu as eleições de abril desse ano.

O vertiginoso 10 de janeiro antecederá um 11 de janeiro em que, apesar das reclamações dos mais radicais, não existirá um vazio de poder, mas um vazio legal com poucos precedentes. É a data do juramento de um novo presidente do Parlamento. Juan Guaidó (ver caixa) é eleito hoje, decidido a enfrentar o regime chavista, embora a Assembleia Nacional (AN) que irá liderar viva um assédio e uma asfixia permanentes por parte do poder revolucionário, que não só

PERFIL **JUAN GUAIDÓ**



Nova seiva para o Parlamento assediado. A Assembleia Nacional renova hoje a sua liderança, escolhendo para presidente um jovem deputado da Vontade Popular (VP), partido criado por Leopoldo López, hoje em prisão domiciliária. Juan Guaidó, de 35 anos, é dos poucos na cúpula partidária que ainda escapam às garras do chavismo, e por isso foi escolhido. Formado em Engenharia Industrial, iniciou a luta política no movimento estudantil de 2007, para em seguida se integrar na nascente VP. Desde 2016, já como deputado, liderou várias investigações de desfalques milionários aos cofres públicos.

a impede de legislar e investigar como a ataca com cercos violentos e supressão de salários e fundos económicos. Maduro fez eleger, em 2017, uma Assembleia Nacional Constituinte, uma espécie de Parlamento alternativo que visa contornar a maioria que a oposição obteve na AN em 2015.

Antes da tomada de posse de Guaidó, tem havido movimentos no tabuleiro geoestratégico, liderados pela Colômbia e os Estados Unidos, por um lado, e pela Rússia e Cuba, pelo outro. O secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, aumentou a pressão internacional depois de se ter reunido, esta semana, em Cartagena das Índias,

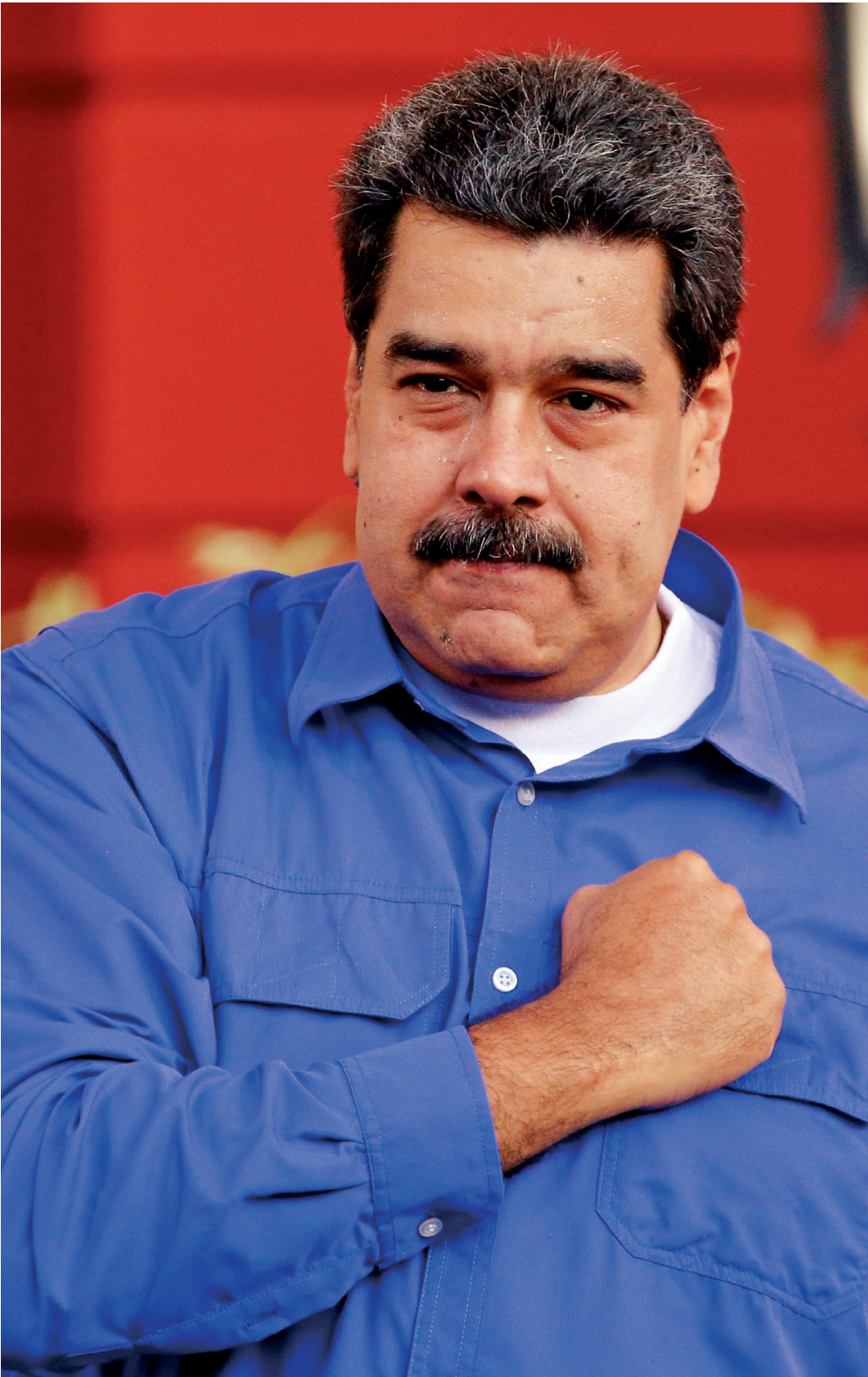
com o Presidente colombiano Iván Duque, num triângulo que se fechou com a chegada à presidência brasileira de Jair Bolsonaro, crítico do Governo venezuelano.

Êxodo imparável

Duque reclamou “todos os esforços necessários para que restabelecer a democracia na Venezuela”. Tem motivos para tal: os constantes desencontros e acusações mútuas entre os dois países, cujas relações diplomáticas se mantêm em mínimos históricos, e o crescimento imparável da diáspora, que soma 1,1 milhões de venezuelanos na Colômbia, os quais podem, segundo os cálculos de Bogotá, chegar aos dois milhões no final deste ano.

Na trincheira oposta, o ex-Presidente cubano Raúl Castro aproveitou o 60º aniversário da revolução na sua ilha para advertir o mundo de que o império dos Estados Unidos prepara os “piores cenários”, reforçando a inquebrantável aliança com Caracas. Além de Cuba e da Rússia (Vladimir Putin também começou o ano reafirmando o seu apoio), no bando chavista militam a Bolívia, onde Evo Morales luta pela reeleição (ver texto em baixo), a Nicarágua, onde Daniel Ortega reprimiu com tal dureza os estudantes, em 2018, que a Organização de Estados Americanos tenciona sancionar o seu Governo; a China, principal parceiro socioeconómico da revolução bolivariana; e a Turquia, beneficiada com a compra do ouro do Arco Mineiro venezuelano e pela exportação de alimentos baratos.

Em constantes aparições na TV, Maduro repete que “não há possibilidade de um governo dizer o que quer que seja, do estrangeiro, para conhecer, reconhecer ou desconhecer a legitimidade constitucional e democrática do Governo”, a que promete “presidir de 10 de janeiro de 2019 a 10 de janeiro



Eleito com polémica em maio, Maduro toma posse no dia 10 FOTO MANAURE QUINTERO/REUTERS

de 2025”. Acrescenta: “Temos o plano, o projeto, a experiência, a força, o povo, a união cívica militar e a legitimidade constitucional, que é o mais importante”. E acusa os inimigos de desejarem “uma mudança de regime pela força”.

Sanções a caminho

O Grupo de Lima, comandando pela Colômbia, Brasil, Argentina e Peru, procura consensualizar uma postura para 10 de janeiro, tendo como ponto crucial a permanência em Caracas das embaixadas dos principais países da região. A UE decidiu mantê-las abertas, contando

com o aval das forças maioritárias da oposição.

No horizonte aparecem novas sanções dos Estados Unidos, estando em estudo a suspensão das compras de petróleo à Venezuela, o que custaria à economia dos EUA cerca de 5 mil milhões de euros. Seria um

forte revés para Caracas, cuja queda de produção para pouco mais de um milhão de barris fez com que as exportações para os EUA se tornassem a sua principal fonte de receitas.

“Estas sanções permanecem em cima da mesa, mas não parece provável que se materializem de imediato”, aposta o Eurasia Group. “A Administração Trump também está a avaliar a adição da Venezuela à Lista de Patrocinadores de Terrorismo. Seria um forte gesto simbólico, mas na prática teria implicações limitadas”, acrescenta esta consultora de risco político num dos seus relatórios.

internacional@expresso.impresa.pt

A Colômbia, onde há 1,1 milhões de venezuelanos, calcula que até ao fim de 2019 cheguem aos dois milhões

SEIS ELEIÇÕES EM 2019 QUE PODEM MUDAR A COR DO CONTINENTE

Com Trump a norte e Bolsonaro a sul, a América está cada vez mais agitada. Este ano, seis países poderão ter novos líderes

ARGENTINA Que fazer com a dívida externa? Mais do que saber quem será o inquilino da Casa Rosada, está em causa a estabilidade fiscal da terceira economia latino-americana (a seguir ao Brasil e ao México). “Dado o peso demográfico [44 milhões de habitantes], a eleição na Argentina é a mais relevante”, diz ao Expresso o politólogo Andrés Malamud, do Instituto de Ciências Sociais, em Lisboa. “É também a que terá mais impacto sistémico, em virtude da dívida externa grande e insustentável.” O próximo governo terá de optar: renegociar ou não pagar, o que

pode “alimentar turbulências financeiras globais”. O Presidente Mauricio Macri (centro-direita) lidera as sondagens, seguido pela antecessora Cristina Kirchner (esquerda peronista). Em dezembro, a senadora viu ser confirmada uma sentença de prisão preventiva por corrupção. Chegará ao dia 27 de outubro em liberdade?

BOLÍVIA Evo Morales tenta o quarto mandato Previstas para outubro, as presidenciais na Bolívia terão impacto regional, como as argentinas. “Os dois governos encarnam, respetivamente, o centro moderado e a esquerda democrática na América Latina. A sua derrota significaria um fim de época”, defende Malamud. O país é governado desde 2006 pelo

primeiro indígena a ocupar o cargo. “A Bolívia enfrenta o ‘dilema Evo Morales’”, diz ao Expresso Marcelo Moriconi, investigador no ISCTE. “Ele deseja continuar no poder embora os cidadãos tenham votado contra uma reeleição em referendo.” A 21 de fevereiro de 2016, os bolivianos rejeitaram o fim das restrições ao número de mandatos presidenciais introduzidas na Constituição de 2009. Há um mês, porém, o Tribunal Eleitoral deu “luz verde” à candidatura do *cocalero* a um quarto mandato. Se acontecer, a Bolívia poderá ver consolidada “uma continuidade marcada pela centralização dos poderes e pelo pragmatismo, legitimada pela sobrevalorização do indigenismo”, diz ao Expresso Nancy Gomes, da Universidade

Autónoma de Lisboa. E continuará a ser o bastião da esquerda na América do Sul.

URUGUAI Farol da esquerda no continente americano Pequeno em tamanho e importância económica, o Uruguai é relevante para os países com governos de esquerda, numa altura em que os ventos da direita, com Trump e Bolsonaro ao leme, sopram sobre o continente. “Tem havido um redesenho político (com a exceção do México) que coincide com um momento de redução do crescimento económico”, diz Nancy Gomes. O Presidente é, desde 2015, Tabaré Vázquez, que ocupara o cargo de 2005 a 2010. Como o seu antecessor, o popular José Mujica, pertence à Frente Ampla (esquerda), que enfrenta “a sua eleição mais

difícil”, defende Moriconi. “O Governo do Uruguai — que, com o Chile, é a democracia mais estável da região — poderá mudar de cor.” Tabaré não pode disputar as eleições de 27 de outubro. A Frente tem de se reinventar.

PANAMÁ A importância do Canal, hoje e sempre Vota a 5 de maio, finda uma campanha com novas regras que visam reduzir o impacto do financiamento privado no processo eleitoral. O Presidente Juan Carlos Varela (direita) é inegável, e as sondagens dão ligeiro favoritismo a Laurentino Cortizo (esquerda). “O Panamá é geopoliticamente estratégico dada a importância do Canal, onde China e EUA apostam forte a sua influência na região”, explica Moriconi.

EL SALVADOR / GUATEMALA O flagelo da corrupção Na América Central, são países de origem de muitos migrantes que partem em caravana rumo aos EUA. Sem peso político, sofrem o flagelo da corrupção. Na Guatemala, o Presidente Jimmy Morales, impedido de se recandidatar a 19 de junho, declarou “guerra” à Comissão Internacional Contra a Impunidade na Guatemala (ONU), que investiga crimes graves. Em El Salvador, pela primeira vez desde o acordo de paz (1992), o favorito a 3 de fevereiro não emana da ARENA (direita) ou da Frente Farabundo Martí (esquerda), desacreditadas pela corrupção: é Nayib Bukele, 37 anos, empresário, ex-autarca de San Salvador. Foi expulso da Frente. **MARGARIDA MOTA** mmota@expresso.impresa.pt